



1 ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE
2 MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS
3 QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM, REALIZADA NO DIA 20 DE
4 OUTUBRO DE 2023, PRESENCIALMENTE, NO AUDITÓRIO DA
5 OUVIDORIA AGRÁRIA.

6 Aos 20 (vinte) dias do mês de Outubro de 2023, às 9:00h, deu-se início a
7 8ª Reunião Ordinária de 2023, dos membros da Comissão Permanente
8 de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à
9 Grilagem (CPMEAQLG), de forma presencial, no auditório da Ouvidoria
10 Agrária do TJPA. Participaram da reunião: Des. Mairton Marques
11 Carneiro, Ouvidor Agrário e Presidente da Comissão Permanente de
12 Monitoramento, Estudo, Assessoramento das Questões Ligadas à
13 Grilagem – CPMEAQLG; Dr. Juiz André Filo-Creão, juiz titular da Vara
14 Agrária de Castanhal; Ione Missae da Silva Nakamura, representante do
15 Ministério Público Estadual (MPE); Dr. Haroldo Silva da Fonseca, titular
16 da Vara Agrária de Redenção; Dr. Antônio Fernando de Carvalho Vilar,
17 titular da Vara Agrária de Altamira; Dr. Amarildo José Mazzutti, titular da
18 Vara Agrária de Marabá; Carlos Eduardo Barroso Bordalo, representante
19 da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA); Weverton de J.
20 Barbosa (ouvinte – ALEPA); Rodrigo Cerqueira de Miranda,
21 representante da Defensoria Pública do Estado (DPE); Naire Fragozo Rei,
22 representante da Ordem Dos Advogados do Brasil – Seção Pará
23 (OAB/PA); Eliana França dos Santos Zacca, representante da Federação
24 da Agricultura e Pecuária no Pará (FAEPA); Tiago de Lima Ferreira,
25 representante do Instituto de Terras do Pará (ITERPA); Jesus Fiel
26 Gonçalves, representante da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos
27 Humanos (SPDDH); Dr. Manuel Carlos de Jesus Maria, titular da Vara
28 Agrária de Santarém; Blunio Brito Bernardo, representante do Instituto
29 Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Verena Fadul dos
30 Santos, representante da Secretaria de Igualdade Racial e Direitos
31 Humanos (SEIRDH); Francisco Vécio de Araújo (ouvinte – SIGEO); José
32 Aluilson Alves Corrêa (ouvinte). A reunião foi gravada em áudio e vídeo. *b.*





33 com degravação realizada posteriormente. **PAUTA:** 1. Aprovação da ata
34 de reunião ordinária realizada no dia 15 de setembro de 2023. 2. Informes:
35 2.1. Participação da Ouvidoria Agrária no "Momento Conexão
36 Extrajudicial", promovido pela Comissão de Direito Notarial e Registral da
37 OAB/PA; 2.2. Visita da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Nazaré
38 à Ouvidoria Agrária. 3. Relatório da Diligência de Escuta ao
39 Acampamento Quintino Lira, realizada pela Comissão de Direitos
40 Humanos e Defesa do Consumidor – ALEPA em parceria com órgãos
41 governamentais e sociedade civil. 4. Resposta ao Ofício n 108/2023-
42 CDHDC/ALEPA, encaminhado à CPMEAQLG pela Comissão de Direitos
43 Humanos e Defesa do Consumidor, que trata do litígio possessório das
44 fazendas Renascença, São Pedro, São José e Belo Monte. 5. Audiências
45 de desocupação das fazendas Fortaleza, Brasília e São Pedro, em
46 tramites na vara agrária de marabá, realizadas no fórum da comarca de
47 Tucuruí, no dia 11/10/2023. 6. Informações sobre a reunião realizada dia
48 05/10/2023 junto a Câmara de Conciliação Agrária do INCRA, para tratar
49 dos conflitos fundiários do Estado do Pará. 7. O que ocorrer. **DES.**
50 **PRESIDENTE:** Um bom dia a todos e satisfação em ver. Nós temos um
51 número mínimo legal para nós iniciarmos. Não sei por que o mínimo,
52 nunca mais eu tive uma sequência completa aqui. Eu não sei se é porque
53 está esvaziando a nossa comissão. Não deveria esvaziar por causa da
54 comissão que foi criada, a fundiária, não é, nós temos um aspecto com
55 outros aqui para... Dr. Aroldo, seja bem-vindo. **ITEM 1.** Mas logo do início,
56 quero aproveitar e colocar em aprovação a Ata da reunião anterior. No
57 silêncio, ela está aprovada porque foi encaminhada a todos os
58 componentes. **ITEM 05.** Foi solicitado por mim, para mim, que nós
59 começássemos não pelo primeiro, mas pelo quinto, devido ao jovem
60 defensor público ter uma audiência já devidamente programada, né? E
61 pediu para que nós fizéssemos a inversão de pauta. Não há problema
62 nenhum. Então vamos ao Item 5º, que é a audiência de desocupação da
63 Fazenda Brasília, Fortaleza e São Pedro, em trâmite na Vara Agrária de
64 Marabá, realizada no Fórum da Comarca de Tucuruí, no dia 11/10/2023. *p*





65 Eu quero informar os senhores que nós tivemos com o nosso
66 representante aqui, da Ouvidoria Agrária, especificamente o Dr. Renato.
67 Ele esteve acompanhando esta audiência que foi realizada pelo Dr.
68 Mazutti. Como o Dr. Mazutti estará, né, está aqui conosco, e está prevista
69 a execução de reintegração de posse para o dia 24, 25 e 26, através do
70 Comando de Missões Especiais. Hoje também ocorrerá uma reunião, lá
71 no Comando, de alinhamento estratégico, lá no Comando, do qual o Dr.
72 Renato também vai estar lá presente. Por isso ele não está hoje aqui, né?
73 Ele irá lá, nos representando pela Ouvidoria, saber o que é que irá ocorrer
74 efetivamente. E eu queria aqui, uma explicação, porque do adiamento,
75 que foi o que aconteceu, né? E Dr. Mazutti com a palavra. SR.
76 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Bom, bom dia, desembargador. Bom dia a
77 todos os presentes aqui, tá? Eu vou fazer um breve relato desse
78 processo. Nós temos, em Marabá, são 30, acho que umas 30 fazendas
79 aí, em processo de desocupação, né? Só que todas foram encaminhadas
80 para a Comissão de Mediação. E está sendo cumprido, porque todas
81 essas fazendas, elas tem a liminar ou tem a sentença, ou as ocupações
82 são anteriores àquela data que o ministro fixou na ADPF, que é
83 31/03/2021. Ocorre que, em Tucuruí, são três fazendas. Na verdade,
84 essas três fazendas não se trata de conflito, é um conflito agrário, mas ela
85 não é assim, bem, um conflito agrário assim, raiz, como a gente fala. O
86 que é um conflito agrário raiz? É aquele que a pessoa invade, ou ocupa,
87 como alguns queiram, né, e faz lá uma rocinha, roça e planta, e vive lá
88 tentando sobreviver. Essa história é diferente. São três fazendas, três
89 fazendas na beira do rio, essas fazendas, elas são... estão destacadas do
90 patrimônio público, tudo certinho, documentadas, tudo com
91 georreferenciado. Não tem problema nenhum. O problema que acontece
92 é que algumas pessoas, comerciantes lá de Tucuruí, começaram a passar
93 no meio dessas fazendas para atingir o rio, para fazer as casas, casas no
94 rio para lazer. Não é assim, uma ocupação para fins de agrários, para
95 produção. Não, é para lazer. E aí eles atravessaram no meio de duas
96 fazendas, inclusive um senhor tem 85 anos, que é um proprietário, que



PODER JUDICIÁRIO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

97 está há 40 anos, e outro senhor também uma pessoa idosa, que estão lá
98 há muitos anos. Aí o que que a gente fez? Fizemos todo o procedimento,
99 as audiências, tal e, inclusive, foi determinada a desocupação voluntária
100 e tal. Só que daí, os oficiais de justiça foram lá, os dois oficiais de justiça,
101 e não encontraram ninguém porque eles não estão lá. Eles ficam no final
102 de semana, final de semana vão lá para o lazer, lá nas casas. Inclusive,
103 um oficial de justiça chegou e tinha um senhor de idade lá, e disse: "O que
104 o senhor está fazendo aqui?", "Não, eu estou, eu não moro aqui, eu só
105 estou aqui por causa que o comerciante lá me deixou ficar aqui". É para
106 lazer, e passa no meio da propriedade deles. Aí foi dada a liminar, foi
107 dada a audiência de desocupação, entraram com agravo, foi mantida a
108 decisão, tal; e como foi depois dessa data limite, aí, de 31/3/2021, eu
109 entendi que não se aplicava essa questão da Comissão de Mediação. E
110 eu já havia, antes mesmo dessa resolução do CNJ aí, essa resolução do
111 Tribunal, eu já havia determinado a desocupação, sem observância
112 desse; foi antes dessa resolução. E foi determinada a desocupação. Aí
113 fizemos a audiência em Tucuruí, né? Tucuruí. Aí foram alinhados os
114 procedimentos. E eu dei até um prazo para desocupação voluntária, né?
115 Dei o prazo para que, agora, dia 24 vai começar, né, dia 24. Foi dado um
116 prazo para retirar os pertences e tal. Foi feito um relatório da prefeitura de
117 Tucuruí, não tem vulneráveis, não tem criança, lá não existe, não tem
118 criança, não tem nada, mas, de qualquer forma, nós fizemos a audiência
119 de desocupação, colocamos à disposição o Conselho Tutelar,
120 preparamos toda essa audiência de desocupação para garantia de
121 vulneráveis, tudo. Mas aí o que acontece? O que aconteceu, até,
122 inclusive, teve a presença do servidor aqui da Ouvidoria, né,
123 representando o senhor, fizemos essa audiência, e a Defensoria Pública,
124 o Dr. Rodrigo, inclusive, entrou com agravo de instrumento. Eu até
125 recomendei, né, que as pessoas quisessem entrar com agravo, podem
126 entrar com recurso, né? Vamos ver o posicionamento. E eu dei até um
127 prazo, porque eu comecei a audiência dia... a audiência foi dia 11/10 e
128 começa a desocupação dia 24, que é o tempo para as pessoas retirarem





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

129 as coisas que tiverem e também para entrar com recurso né? Se
130 quiserem, quem sabe uma segunda opinião, né? E eu mantive a
131 desocupação. Aí o Dr. Rodrigo entrou com agravo de instrumento. O
132 agravo, eu até consultei ontem, ele foi direcionado para a
133 desembargadora Filomena, mas a desembargadora Filomena, ela
134 redistribuiu para a... mandou para Vice-Presidência, para a Vice-
135 Presidência redistribuir, porque já havia, segundo ela, na decisão, já havia
136 uma... parece que a desembargadora Saavedra, ela já tinha sido preventa
137 no outro agravo daquele processo. Então ela mandou redistribuir. Então,
138 esse aí é o andamento do agravo que eu consultei ontem. E está a
139 desocupação marcada para dia 24. O que acontece? Eu recebi alguns
140 áudios aí, alguma coisa dos oficiais, dizendo, pessoal dizendo que o
141 pessoal agora que estão entrando lá para poder tentar criar uma situação
142 lá em Tucuruí, né, que algumas pessoas estão entrando agora nas casas
143 e tal. Mas de qualquer forma a decisão está mantida, né, com todas as
144 cautelas. E eu vou cumprir, a princípio, a não ser que tenha alguma
145 decisão superior aí, que a gente também vai acatar. DES. PRESIDENTE:
146 Muito bem. Dr. Rodrigo, queria falar alguma coisa? SR. RODRIGO
147 BEZERRA: Obrigado, doutor. Bom dia a todos. O Dr. Mazutti, em parte,
148 já antecipou, né? A decisão judicial foi realmente tomada no âmbito
149 democrático do processo, está certo? Destaco somente algumas coisas
150 que me parecem de maior relevância, que são basicamente duas.
151 Primeiro, o papel do Incra, tá? Não sei se aqui se encontra. Não estou
152 vendo o Dr. Reginaldo aqui, nesse momento, ou se está virtualmente. Mas
153 acho que ainda que o Incra e o superintendente atual do Incra na-- DES.
154 PRESIDENTE: [ininteligível] virtual, só presencial. SR. RODRIGO
155 BEZERRA: Obrigado pelo [ininteligível]. DES. PRESIDENTE:
156 Superintendente do Incra está presente? Está presente o representante
157 do Incra? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Não está
158 presente. DES. PRESIDENTE: Prossiga. SR. RODRIGO BEZERRA:
159 Mas de qualquer forma, faço o registro. Porque ainda que acho que esteja
160 tentando fazer as diferenças necessárias, tenha déficit etc., o argumento





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

161 do processo, sem querer adentrar aqui em mérito, que não é o caso, mas
162 é de que boa parte da área é beira de rio, seria da União, poderia ser
163 concedido tal para aquelas famílias. Há um pedido ao Incra nesse sentido,
164 e não houve resposta do Incra efetiva nesse sentido. Então o Incra
165 participa do processo. O Incra estava presente nesta audiência, mas o
166 Incra simplesmente pediu mais prazo para conciliação. Simples. Eu acho
167 que é importante que um órgão como esse, se realmente tem um objeto
168 conciliatório, que ele venha aos autos pedir com conteúdo. Você não pode
169 pedir prazo para conciliação, porque requer prazo, sem dizer: Olha, existe
170 aqui um processo administrativo instaurado, está certo? Nós estamos
171 fazendo levantamento A, B e C. Há possibilidade dessas famílias sim,
172 serem beneficiadas por uma área da União etc. Então eu acho que a o
173 Incra precisa, está certo, participar dos processos dessa forma mais
174 efetiva e contemplativa, eu diria assim, tá? Segundo, a Defensoria Pública
175 tem uma postura, que já é uma compreensão nacional, depois da política
176 instituída pelo CNJ, na Resolução 510 desse ano, de 2023, de que
177 realmente seria muito importante a oitiva da comissão que os Tribunais
178 estão montando. E o Tribunal do Estado do Pará foi zeloso, foi rápido,
179 instituiu pela portaria acho que 3.525, salvo engano, né, essa comissão.
180 E para quê? Para fixação de parâmetros, né? Em que com essa fixação
181 de parâmetros, muitas vezes, talvez a decisão nem precise ir para a
182 comissão, desde que sejam respeitados determinados parâmetros, né?
183 Então o agravo, muitas vezes, ele vem no sentido não de dizer que a
184 decisão em si estaria errada, que a decisão jurisdicional é infundada ou
185 algo parecido. Não, mas no sentido de fixar esses parâmetros, de haver
186 uma manifestação sobre o marco temporal etc. E isso é muito relevante
187 na peculiaridade do estado do Pará, e destaco na nossa peculiaridade da
188 Regional de Marabá. Por quê? Porque nós temos, hoje, cerca de 40%,
189 Dr. Mazutti me corrige, está certo, mas cerca de 40% de todas as
190 liminares a serem cumpridas no estado do Pará. Então nós estamos lá,
191 de certa forma, com a bomba na mão, né? De cumprimento disso. E que
192 nós sabemos que quando efetivamente for cumprido, se for cumprido, em





193 que termos for cumprido, isso gera uma convulsão social, para alguns
194 municípios, muito relevantes. Já teve prefeitos que me procuraram
195 dizendo: "Doutor, o meu município, tipo, tem 50 mil habitantes, se a gente
196 for fazer, desocupar, aí vai sair 15 mil pessoas". Imagina tirar 15 mil
197 pessoas da zona rural, jogar sei lá para onde, para um município de 50
198 mil. É um problema muito grande, né? ORADOR NÃO IDENTIFICADO:
199 [pronunciamento fora do microfone]. SR. RODRIGO BEZERRA: É. Então,
200 assim, a nossa preocupação, principalmente com relação ao agravo e
201 tudo mais, é que o Tribunal, as comissões venham a se manifestar para
202 a gente ter esses parâmetros, que eu acho que realmente é o andar da
203 carruagem natural mais importante. É isso, Excelência, obrigado. DES.
204 PRESIDENTE: Pelo que eu entendi, né, Dr. Mazutti, esta desocupação
205 que o senhor está atribuindo, não pertence àquele lapso temporal feito
206 pela [ininteligível], não é isso? SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Não,
207 essa desocupação, ela ocorreu em 2022. DES. PRESIDENTE: Aham.
208 SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: E a liminar... Essa ocupação, invasão,
209 ela ocorreu em 2022, depois dessa... depois desse marco temporal, né,
210 que teve esse marco temporal. DES. PRESIDENTE: Posterior. SR.
211 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: É, posterior. E foi dada a liminar, audiência
212 de desocupação, antes ainda dessa nova resolução, agora, do CNJ.
213 Então ela ficou nesse período, né? Aí foi por isso que a gente insistiu em
214 cumprir. SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: [pronunciamento
215 fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Tá bom. Só um minutinho,
216 deputado. Só um minutinho. Deixa eu só... Só para... Então está no meio
217 ou não? SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Ela ficou, essa resolução ficou
218 nesse meio aí. DES. PRESIDENTE: Pelo que me informaram, por isso
219 eu autorizei, a Comissão Especial não estaria abrangida no temporal feito
220 pela decisão do Supremo Tribunal Federal. SR. AMARILDO JOSÉ
221 MAZUTTI: Não. Ela foi feita em 2022, a ocupação tem ocorrências, tem
222 relatórios da PM, tem tudo. DES. PRESIDENTE: Mas [ininteligível] vai de
223 quando a quando? SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: A decisão, essa da
224 ADPF, ela fixou com o mar/co temporal, tem a decisão do dia 31/03/2021





PODER JUDICIÁRIO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

225 DES. PRESIDENTE: Uhum. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Mas a
226 ocupação foi 2022. DES. PRESIDENTE: Tá. Então bom, agora sim. SR.
227 CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Obrigado, doutor. Eu só
228 queria perguntar tanto ao nosso querido defensor como o Dr. Mazutti de
229 que o universo de pessoas como estamos falando aqui? Qual é o
230 quantitativo? E eles estão realmente à beira do rio, certo? São chácaras
231 ou são áreas produtivas? SR. RODRIGO BEZERRA: Tá. Doutor, eu não
232 visitei pessoalmente. Primeiro tenho que fazer um esclarecimento.
233 Segundo, o que consta nos autos é uma variação, isso é muito comum
234 nos processos da agrária, tá? Então o quantitativo de famílias, por
235 exemplo, que a chegaram a fazer o pedido formal através da associação
236 que eles tem, que é a Associação Deus é por Nós, está certo, que já tem
237 pessoa jurídica até etc., colocava entorno, salvo engano, agora, tá, em
238 torno de cem famílias, certo? No entanto, havia uma discussão que
239 também houve uma visita da Deca lá, que o Dr. Mazutti relata e tudo mais,
240 que não constava esta presença. E aí é uma discussão fática, sem querer
241 entrar no mérito do processo, mas respondendo, uma discussão fática em
242 que muitas vezes eles dizem: "Nós temos que trabalhar. Então, muitas
243 vezes, a gente vem para cá só final de semana, alguns momentos que a
244 gente produz e tal, mas a gente precisa estar na cidade para frequentar a
245 escola, trabalhar etc.", né? Então, acaba tendo esse certo limbo, digamos
246 assim, em relação ao número preciso. SR. CARLOS ALBERTO BARROS
247 BORDALO: Mas eles só moram lá? Eles tem área produtiva ou é só a...
248 SR. RODRIGO BEZERRA: Eles teriam área produtiva, está certo? Mas a
249 discussão também é-- SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO:
250 Tem um levantamento no processo de produção de...? SR. RODRIGO
251 BEZERRA: De quanto de produção, coisa do tipo não, não tem, está
252 certo? SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: [ininteligível]
253 também para... SR. RODRIGO BEZERRA: Não, especificamente assim,
254 não, tá? O que a gente às vezes fala só porque seria instituída essa
255 política, está certo? Que pós a ADPF, foi pós a ADPF, veio uma resolução
256 do CNJ, e essa resolução do CNJ estaria instituindo uma política pública





257 e que essa política pública seria via comissão, né? Só que aí é claro que
258 a gente tem que ouvir a comissão, essa que é a questão, e fixando esses
259 parâmetros. Foi por isso que a gente fala da razão dos nossos agravos.
260 SR. CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: Então, doutor, tem um
261 aspecto aí – Desculpa, terminar mesmo - que a DPU, mais do que o Incra,
262 inclusive, é o órgão federal Departamento de Patrimônio da União, que
263 nos casos de abrangência de rios até um certo perímetro, o órgão federal
264 responsável pela gestão disto é a DPU. Tanto que quando o Incra quer
265 criar o que eles chamam dos assentamentos agroextrativistas, ele tem
266 que solicitar à DPU que ela libere a área para aquilo. Portanto, o órgão
267 federal titular e com responsabilidade de governança sobre essas áreas
268 é da DPU, e não do Incra. SR. RODRIGO BEZERRA: É SPU, é. SR.
269 CARLOS ALBERTO BARROS BORDALO: O SPU, é. SR. RODRIGO
270 BEZERRA: Sim, sim, eu concordo com o senhor integralmente. Só que
271 tem uma observação só técnica a fazer, tá? Se, digamos, uma fazenda
272 tem mil hectares, nesse caso tem 500 hectares. Vamos usar esse caso,
273 aproximadamente 500 hectares, e esses 500 hectares está na hora de
274 fazer o georreferenciamento, ele costuma ir, habitualmente, e isso o
275 próprio certificamento(sic) do Incra, e esse chefe assim o faz, até a beira
276 do rio, entendeu? Independentemente do registro imobiliário, está como
277 propriedade privada. A mesma coisa na beira das estradas, nas áreas do
278 DNIT, também vai até a Beira. É isso só para informação, doutor. DES.
279 PRESIDENTE: [ininteligível] de mérito, decisão judicial, aí é meio
280 complicado. Dr. André quer falar? Pois não? SR. ANDRÉ LUIZ FILO-
281 CREÃO GARCIA DA FONSECA: Obrigado, Desembargador Mairton.
282 Acho que essa minha fala, ela já ocorreu, desembargador, em outras
283 oportunidades, mas como nós temos novos membros na nossa comissão,
284 que é sempre muito salutar, eu acho que é muito importante nós termos
285 sempre a ciência de que a nossa comissão, a que ela se presta não é,
286 qual a finalidade da nossa comissão, por que nós estamos aqui, que
287 razões nos trazem aqui, para nós nos reunirmos para que nós não
288 fuçamos daquilo que nos cabe. Então, a finalidade precípua, penso eu,



PODER JUDICIÁRIO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

289 desembargador, se estiver enganado, o senhor, como nosso presidente,
290 peço logo que o senhor me interrompa, que é importante, ela se presta
291 para dialogar e discutir questões macro, questões estruturais e não
292 questões eminentemente, vamos chamar assim, paroquiais, internas, de
293 mérito de decisão judicial. Então, penso eu que talvez aqui, nessa nossa
294 discussão, para que nós até não percamos o foco e também não
295 coloquemos o próprio magistrado prolator da decisão em uma condição
296 de o magistrado ter que vir aqui justificar a decisão dele, que não é o caso,
297 e isso, para mim, até tem um lastro de causar uma certa violação à
298 independência funcional do magistrado, que é dever nosso respeitar,
299 penso que talvez o importante é que nós nos limitemos aqui, a dizer o que
300 vai acontecer, apresentar o mínimo de estrutura, o que vai ser feito, que
301 posições administrativas estão sendo adotadas para o cumprimento da
302 ordem, que providências estão sendo adotadas para garantir que direitos
303 de pessoas sejam respeitados aquando do cumprimento da ordem, que
304 eventualmente foi manejado um recurso, e que fase o recurso está. Mas
305 que nós tenhamos o cuidado de parar por aí, porque, do contrário, e eu,
306 na posição de magistrado, eu não me sentiria confortável de vir aqui
307 sustentar uma decisão. Porque o magistrado, ele não tem esse dever. O
308 dever do magistrado é de sustentar a decisão dele nos autos, lá no
309 processo, no devido processo legal, é que o magistrado deve sustentar a
310 decisão dele. E o Tribunal de Justiça, caso entenda que a decisão do
311 magistrado tem acerto, ele mantém a decisão; se o Tribunal entender que
312 houve algum equívoco, que revogue a decisão, está certo? Era só essa
313 minha ponderação, desembargador, lhe agradeço. DES. PRESIDENTE:
314 Muito obrigado. Eu quero aqui, antes do doutor, saudar a minha querida
315 e amiga Dra. Ione Nakamura, pessoa que ontem, inclusive, eu falei no
316 vosso nome, em uma palestra que eu estava dando lá na OAB,
317 encaminhando o voto aqui até de tranquilidade do Ministério Público
318 Estadual, pelo vosso nome, que é uma árdua defensora do estado do
319 Pará. Não é puxando para A ou para B, né? Eu dizia isto lá. Foi uma
320 palestra que me convidaram para ir lá, e eu fui. Fui porque acho bom





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

321 agora o Dr. André, antes que Dr. Mazutti fale, realmente tem razão. Nós
322 temos, logicamente, a nossa... o nosso freio de mão. Nosso freio de mão
323 é aqui. Por exemplo, quando o deputado Bordalo fala que a coisa tem que
324 ir pela DPU, ele também tem razão, desde que esteja dentro do processo.
325 Aí me faz lembrar, eu sempre venho dizendo isso, uma... Ontem eu
326 estava falando isso. Só não falei o nome da instituição. Instituição que
327 hoje está devendo ao estado do Pará. Acredito que não só ao estado do
328 Pará e sim, ao Brasil inteiro. Porque essa instituição, ela sempre se se
329 nega... Aí o Dr. Rodrigo fala que está participando do processo e deseja
330 o que? Sabe muito bem o que ele tem que fazer, mas não faz. Aí fica
331 dizendo que quer isso, que é aquilo, sem dizer, na realidade, qual a
332 profundidade que tenha de ser. Me levou, inclusive, a ter um
333 posicionamento junto ao nacional. Por que... [Bem-vindo] Por que ao
334 nacional? Porque o daqui não está me dando respaldo suficiente para nós
335 podermos fazer com que se tenha uma condição total em relação a um
336 processo... Não é um processo, não, são a todos os processos. Todos,
337 todos. O Inkra se omite a fazer qualquer coisa. Não, fala o ouvidor
338 nacional que é talvez por falta de pessoal, talvez por falta disso, falta
339 daquilo, muita gente se aposentou. E o que é que o estado do Pará tem
340 com isso? Eu dizia isso na coisa que eu falei para eles. Então procure...
341 Olha, chegou ao cúmulo de dizer procure o Inkra Nacional para resolver
342 os problemas locais. Não foi isso? Viu, doutor? Procure o Inkra Nacional
343 para responder [ininteligível]. Onde nós temos quatro superintendências
344 e mais um, e mais um, é em Altamira que fica este... É um ponto lá, né,
345 do Inkra? ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].
346 DES. PRESIDENTE: Oi? É vinculado a Santarém, né? Pois é.
347 ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].
348 DES. PRESIDENTE: É, é isso aí. Também não funciona. Quer dizer, se
349 nós fomos depender, e eu disse isso ao ouvidor nacional, nós fomos
350 depender do Inkra, que aí eu cito o nome, do Inkra, é complicado, é
351 complicado. Aí fica o deputado Bordalo, que é um senhor defensor, fica a
352 Defensoria Pública, fica o Ministério Público Estadual e Federal, nessa





PODER JUDICIÁRIO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

353 luta de braço contra o Incra. Contra o Incra, não. Contra a instituição que
354 não deseja, eu sei lá qual o sentido que eu possa dizer, em relação ao
355 Incra. Porque, meu Deus do céu, o que eu venho batendo. Desde quando
356 eu assumi aqui, a ouvidoria, venho dizendo que o Incra não está
357 funcionando. Vamos funcionar, gente. Eu peço aqui, todos aqui, mais
358 antigos, sabem da minha luta em relação ao Incra para que o Incra
359 funcione. Mas não, sempre, sempre a gente bate, né, nessa situação.
360 Deputado Bordalo tem razão? Tem, mas menos razão tem o Incra, porque
361 quando o Incra vai, contesta uma ação, ele tem que chamar como
362 litisconsorte a DPU. Ou seja, está faltando. Posso dizer, hoje, hoje, hoje,
363 eu não canso de dizer, também dizia isso na palestra ontem, que o Iterpa
364 também era um João ninguém. Mas depois que o Dr. Bruno assumiu, hoje
365 é excelência. Hoje é excelência. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É
366 verdade. DES. PRESIDENTE: O Incra(sic), posso dizer, era igual ou
367 talvez até pior que o próprio Incra, mas hoje não. Hoje eu tenho que
368 afirmar, eu dizia isso também, viu Dr. Tiago? O senhor que é do Iterpa,
369 né? Estava falando uma situação dessa, né? Escute. Então eu lá dizia
370 isto e digo também aqui: eu não posso defender o indefensável. Se eu for
371 falar do Incra aqui, todo mundo pede a palavra e escolhamba. Todo
372 mundo. Eu duvido que tenha algum aqui que fale bem dessa instituição.
373 Duvido. Mas aí o ouvidor nacional me ponderou, e qualquer coisa nós
374 procuremos o Incra Nacional. É complicado. Eu acredito que nós
375 tenhamos que ir a Brasília, né, para saber, na realidade, junto ao
376 presidente Incra Nacional saber o que é que está havendo. O Pará tem
377 pressa, gente. O Pará tem pressa. Nós temos que ter pressa, mas não
378 agir apressadamente. Neste caso, sim, eu autorizei aqui, Dr. Bordalo, eu,
379 como também estou como presidente desta comissão que foi formada.
380 Nós vamos iniciar, né, nós estamos recebendo os processos todos. Tem
381 que fazer primeiro um ajuste para nós iniciarmos a coisa. Mas esta aqui,
382 não está abrangida pela... por isso eu autorizei. E hoje, como sempre eu
383 disse aos senhores, nós vamos agir conforme manda a decisão do
384 Supremo Tribunal Federal. Depois que o Dr. Mazutti colocou para o





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

385 Comando de Missões Especiais, o Comando de Especiais me pede
386 autorização, está certo? Neste caso aqui, eu autorizei. Mas o Comando
387 de Missões Especiais também tem uma coisa a fazer: antes de todo esse
388 negócio, antes de tudo, ele faz um levantamento na área, por isso tem
389 essa reunião no dia de hoje, lá no comando, para tratar desses assuntos,
390 como será feita a coisa. Como eu dizia ontem lá, na OAB, e digo aqui, nós
391 temos que ter o maior cuidado, o maior cuidado para não se repetir casos
392 antigos aqui no estado do Pará. Temos que ter esta consciência da coisa.
393 Hoje, o Estado Brasileiro ele tem uma dívida social muito grande, uma
394 muito grande. Mas essa dívida social que o país tem não pode também
395 pará-lo. Está fora. Tudo bem. Vamos ver. O que não pode é o ser humano
396 correr perigo, não só por parte dos policiais como por parte de quem está
397 lá, ocupando. Pelo que eu vi neste caso aqui, existem poucas pessoas,
398 não são cem famílias, não. Não chega a isto, é muito pouco, poucas
399 pessoas que estão lá, adredemente agora se aproveitando de uma
400 situação para querer dizer outra coisa. Então por isso foi autorizado. E
401 agora a Polícia Militar está fazendo este levantamento; e esta reunião
402 hoje, já foi feito o levantamento todo completo, e aqui eu diria até para o
403 deputado, se o deputado quiser, né? Converse lá com o nosso, é o
404 coronel Araújo, que é o comandante, para ver como é que está o
405 andamento disto aqui. Porque nós vamos fazer o quê? Dia 24, 25 e 26
406 está lá, e nós vamos estar também com um representante da Ouvidoria
407 Agrária lá no local, no dia que for feito, para que depois também não acuse
408 o Dr. Amarildo Mazutti de qualquer outra coisa, né? Tudo está sendo feito
409 de acordo com o que manda a decisão do Supremo Tribunal Federal. Nós
410 não podemos levar um milímetro sequer, mas nós vamos cumprir. Para
411 isso também, com certeza, Dr. Mazutti, já falou com o Ministério Público,
412 já falou com a Defensoria Pública, que deverão também acompanhar.
413 Não é isso, Dr. Mazutti? SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI:
414 Desembargador, inclusive, tem dois oficiais de justiça, nós temos toda a
415 estrutura, foi colocado na decisão, Conselho Tutelar, tudo. É o
416 procedimento que a gente faz em Marabá há muitos anos, né? Agora eu





417 só queria pontuar uma situação que é o seguinte: é uma situação que
418 causa preocupação na região toda, que eu tenho em Marabá. Porque é
419 assim, essa questão dos ribeirinhos, beira do Rio Tocantins, por exemplo,
420 é um rio da União, né? Um rio que pertence à União. Então o Rio Araguaia
421 também passa na minha região. Aí o que acontece? É área pertencente
422 à União, parece que são 40 metros ou 50 metros. Foi que o deputado
423 falou agora, né? E existe um órgão também que eu somo junto com o
424 Incra, tá? Que é o SPU. Que o que o SPU fez lá para Marabá foi semear
425 a confusão em várias áreas lá, Área do Faquete, né? Aonde que... tinha
426 que ser respeitado o direito de quem já plantava, depois vem a água,
427 cobre as habitações, eles voltam, planta de novo. Só que isso serviu de
428 pretexto para invadirem toda a área dele. E aí depois, quando eu mandei
429 medir, fiz a medição, mandei os peritos medirem o que é a área do estado,
430 o que é área da União. Isso aí foi para Justiça Federal, está lá na Justiça
431 Federal agora. O juiz federal vai dizer se é área da União ou não é. Mandei
432 para lá o processo. Mas o problema que está acontecendo no lago de
433 Tucuruí, eu tenho sete ou oito processos lá, é o seguinte: o pessoal se
434 vale justamente disso, que é a área da União, para poder invadir as áreas
435 limitrofes dos rios. Acontece o seguinte: que existem fazendas que vão
436 até o rio, e que o cidadão já está ocupando há 40, 50 anos. Bom, nesse
437 caso específico, eu faço questão de pontuar, eu mandei os oficiais de
438 justiça, meus dois oficiais de justiça da Vara Agrária, foram no local, não
439 acharam ninguém, não conseguiram intimar ninguém. Durante a semana
440 não tem ninguém lá, só tem nas habitações. Aí eu até questionei o oficial
441 de justiça: Entrega. Então, entrega a área reintegrada para o proprietário.
442 Mas o proprietário está com medo. Falou: "Eu não posso receber essa
443 área com esses barracos aqui". Aí por isso que nós também nos
444 incentivou a cumprir, porque não tem ninguém. E outra situação mais
445 grave que tudo, que isso ainda, é que as pessoas invadiram, fizeram uma
446 estrada dentro da área dele para atingir o rio. Então, quer dizer, não é
447 assim: a pessoa chegou lá no rio e ficou lá no Rio, fez um barraco. DES.
448 PRESIDENTE: Deixa eu lhe falar. Cada caso é um caso. SR. AMARILDO



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

449 JOSÉ MAZUTTI: Sim. São situações. DES. PRESIDENTE: O processo
450 já foi examinado, já está tomada a decisão. SR. AMARILDO JOSÉ
451 MAZUTTI: Não, mas eu-- DES. PRESIDENTE: Não, só para... Está com
452 agravo de instrumento. Eu quero dizer, o Dr. Rodrigo, é porque hoje o
453 Tribunal está passando por uma reestruturação em termos de privado,
454 né? Nós estamos mandando processo, redistribuído processo para um,
455 para outro desembargadores. Inclusive, um desembargador saiu da área
456 penal para completar o privado, que está muito assoberbado de trabalho.
457 É o caso daí. Se a Dra. Filomena colocou a prevenção para a Dra.
458 Saavedra, quem está assumindo o lugar da Dra. Saavedra é o Dr. José
459 Torquato. Ele irá assumir no próximo dia 25. Ele foi escolhido ontem.
460 Ontem não, na quarta-feira, e na próxima quarta-feira ele vai sumir. Mas
461 existe uma pessoa já tomando conta. Não sei se na redistribuição, tá?
462 Não sei se na redistribuição coube para um outro desembargador; mas a
463 Margui também, eu não sei se ficou com este processo. Eu poderia,
464 inclusive, até depois, verificar na redistribuição para quem ficou, né?
465 Porque nós tínhamos desembargador com 7 mil processos na área
466 privada, tinha um desembargador com 3 mil processos, então estava
467 meio... E o CNJ, quando aqui esteve, pediu à Presidência do Tribunal que
468 fizesse o equacionamento. Daí sim, daqui para frente, sim, para saber
469 quem era quem nessa história. Então, por isso que nós estamos
470 trabalhando nesse sentido. Eu falo em termo de Tribunal. Digo isso
471 porque eu pertencço a ele e sei o que estava havendo. Eu posso, depois,
472 daqui mais alguns instantes, acessar esse processo para ver com quem
473 ficou, está certo? Para quem foi redistribuído. Agora, o que nós temos
474 que ver é que tem que ser cumprido. Por exemplo, eu tenho uma área
475 que nós fomos... Eu dependo única e exclusivamente hoje, hoje, da
476 Prefeitura de Eldorado de Carajás. Não sei se o deputado Bordalo lembra.
477 É um frigorífico que tem lá em Eldorado de Carajás, que tem, se não me
478 falha a memória, 80 ou 100 famílias. A comissão já está trabalhando
479 nisso. Qual foi o pedido para que nós equacionamos tudo isto aqui na
480 comissão? Dr. Agenor que está tomando conta disso? É simplesmente





481 que a prefeitura doasse uma área. E a Cohab... Olha só, entrou a Cohab
482 misso. E a Cohab, através do... depois do processo feito lá, depois da
483 doação para a Associação de Moradores, despreza o terreno e a Cohab
484 entraria com numerário suficiente para a construção. Teve problema
485 nenhum. Chamei a Cohab, presidente pessoa maravilhosa, e disse: "Mas,
486 Dr. Mairton, é interesse governamental, estadual, nós fazemos isto. Não
487 há problema nenhum. Só me dê a área, eu vou mandar os engenheiros
488 lá. Vamos fazer o que tem que ser feito". Eu digo: Quanto tempo se leva
489 isso? "Se o senhor me der a área hoje, amanhã eu mando o engenheiro
490 lá. E com uma semana isso está resolvido". Estou dependendo de quem?
491 A prefeitura, pelo que eu sei, apresentou duas áreas, as pessoas não
492 aceitaram; e está procurando outra área. E até o momento não me veio
493 essa área. Dr. Rodrigo quer falar sobre esse assunto? Pois não? SR.
494 RODRIGO BEZERRA: O senhor me permite? O Dr. Agenor esteve
495 realmente lá, foi extremamente zeloso. Até me surpreendeu com a
496 positividade, com o andamento célere do trabalho. Vou sendo honesto.
497 Achava que ele ia ter mais dificuldade, mais entraves, mas não, ele teve
498 uma mediação que foi muito, muito salutar, muito bem conduzida. E eu
499 estou só me colocando à disposição, a Defensoria Pública, que a gente
500 tem uma articulação, uma interlocução com a Dra. Iara, que é a prefeita
501 de Eldorado. É um problema histórico para lá, porque a região de
502 Eldorado é um problema histórico, né? Há uma quantidade de áreas
503 ocupadas enorme. E vamos articular, doutor. A gente quer somar, só
504 colocar para somar [ininteligível] solução. DES. PRESIDENTE: Eu só citei
505 esse caso, o senhor vê como a comissão, mesmo embrionariamente, está
506 trabalhando, né? E tem outras áreas, outras até estive na Assembleia
507 Legislativa também, em uma reunião lá, em uma outra área que esta aí
508 eu estou pensando seriamente, mas muito seriamente, muito seriamente,
509 porque lá nesta outra área tem chácara, tem casa de três andares, quatro
510 andares, cinco andares, até edifício. Eu estou pensando seriamente em
511 não cumprir isso. Seriamente. Por quê? É de 2011, Dr. Mazutti. O senhor
512 sabe qual é a área que eu estou falando. De 2011. Então, desde lá vem



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

513 essa história toda. Mas, historicamente, não só o Estado Brasileiro, mas
514 também o estado do Pará deve muito socialmente para a nossa
515 população. Nossa população é carente. Mas temos que olhar para o
516 social. Aqui não é França e nem Inglaterra, aqui é Brasil. E Brasil tem
517 suas leis que devem ser respeitadas. Então, veja bem, neste caso aqui
518 foi autorizado, por quê? Não tem decisão em contrário. E aqui, na
519 comissão, nós não temos poderes, poderes para chegar com o
520 magistrado da comarca, o magistrado que efetivamente tomou a decisão
521 em que ele retroaja, porque ele já viu todos os aspectos necessários.
522 Agora, nós temos que ter cuidado, e aí eu peço encarecidamente ao Dr.
523 Mazutti, como aos demais juízes, tomar o cuidado no cumprimento. Que
524 o cumprimento é esse. E muito bem se posicionou o ministro Barroso
525 quando deu aquela decisão que se transformou depois em uma decisão
526 do Supremo Tribunal Federal. Acho, acredito eu, viu, Dr. André, que ele
527 tenha se baseado em algumas decisões aqui, do estado do Pará. Porque
528 comumente os nossos juízes já vêm, já vinham fazendo isso há muito
529 tempo. Só tem uma coisa: agora ele criou mais uma, agora uma comissão
530 para ir no local, não é, para ir e fazer com que se cumpra isso aí, tá?
531 Agora, no cumprimento, fique certo, deputado Bordalo, também a polícia,
532 eu tive uma reunião com o comandante geral da polícia, com Dr. Jarbas
533 Vasconcelos, não sei se se a Assembleia estava presente, eu sei que
534 todos aqui, é uníssono, me informaram: Não vamos ser truculentos. E eu
535 venho dizendo isso lá em Castanhal, Marabá, Redenção, Santarém, e
536 Altamira, né? Eu venho dizendo isso: se alguma vez eu [ininteligível] o
537 que eu estou falando agora, os juízes estão aqui para me dizer: "Olha, o
538 senhor não falou isso". Fiquem à vontade. Está certo? Eu sei que eu
539 venho sempre dizendo, sempre digo: a dívida social é grande. Mas
540 também nós temos que ver o outro lado. E se for para retirar, é o que eu
541 dizia para um moço lá do MST, lá em Marabá, ele chegou e disse... que
542 era 400 pessoas que tinham, na audiência pública, disse: "É, porque o
543 caldeirão está formado". Era mais ou menos isso. "O caldeirão está
544 formando. Não deixe que esse caldeirão entorne, porque se entornar vai





545 ser pior que o evento de Eldorado dos Carajás", falou isso e foi aplaudido.
546 ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Foi. DES. PRESIDENTE: Eu deixei de
547 falar. Aí eu me viro depois, disse para ele o seguinte: que eu, ali, eu estava
548 com bandeira branca. Não estava com bandeira vermelha. Eu estava ali
549 levantando a paz, não estava levantando guerra. O senhor quer guerra?
550 O senhor poderá ter guerra, mas não agora. Não vai ter guerra. A guerra
551 aqui não é comigo e nem com os policiais. O senhor quer guerra, vai brigar
552 sozinho. Agora, tem uma coisa, depois de tudo que eu falei e tiver que
553 retirar o senhor da área, o senhor vai sair sim, por bem ou por mal. Não
554 foi isso, Dr. Mazutti? Então, veja, eu estou levantando a bandeira branca
555 e o camarada me fala em guerra. Aí diz que foi aplaudido também, Dr.
556 Mazutti. Eu não queria ser aplaudido, não. Eu queria ser entendido por
557 ele antes dele me dizer aquilo. Quer dizer, ele foi infeliz naquela colocação
558 dele. Levanto a paz, ele me coloca o sangue. Não é bom, não, isso.
559 Então, hoje está sendo realizada, às 10h manhã, esta reunião, tá? Para
560 nós vermos o que vai ser feito lá, já na área... Se, porventura, o Comando
561 de Missões Especiais me disser: "Dr. Mairton, está meio complicado e tal.
562 Vamos adiar um pouco", isso e aquilo, o Dr. Mazutti, ele vai ser avisado
563 com antecedência. Hoje termina a audiência, hoje é convocado todas as
564 entidades de direitos humanos. Vai estar presente lá: Ministério Público.
565 Não sei se a Dra. Ione foi convidada. SRA. IONE MISSAE DA SILVA
566 NAKAMURA: [ininteligível] para lá, né? [ininteligível]. DES.
567 PRESIDENTE: Alguém lá do Ministério Público foi, deve ter sido
568 convidado. Para realmente participar. A Faepa também deve estar
569 presente. A Fetagri também deve estar presente. Ou seja, as pessoas que
570 aqui estão poderão mandar representantes lá. Nada é feito às escuras.
571 Tudo é feito às claras para depois não acusarem ninguém de omissão,
572 como nós estamos aqui fazendo em relação ao Incra, né? E de qualquer
573 outra coisa que porventura venha a dizer. Então não possamos ser
574 acusados de absolutamente nada. A moça queria a palavra? SR.
575 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Pela ordem, Excelência. Dra.
576 Eliana, da Faepa, primeiramente, na sequência, Dr. Jesus. DES. p





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

577 PRESIDENTE: Dra. Eliana. Pois não, Dra. Eliana. SRA. ELIANA FRANÇA
578 DOS SANTOS ZACCA: Bom dia, desembargador. Prazer revê-lo. Eu
579 quero parabenizar o Dr. Mairton e... o senhor, na sua pessoa, pela
580 decisão acertada no caso dessa reintegração de posse, tendo em vista
581 que, como ficou bem claro, não se trata nem de uma invasão para fins de
582 produção, para fins de lazer. E eu quero chamar a atenção apenas ao
583 seguinte: normalmente essas áreas, quando você tem fazenda em beira
584 de rio, beira de lago, ela é área de reserva legal e área de preservação
585 permanente obrigatória pelo Código Florestal. Então, qualquer dano que
586 venha a sofrer, o proprietário responde por isso, inclusive civil e
587 criminalmente, se ele não comprovar que realmente ele não foi o
588 responsável. Agora, eu quero louvar também a preocupação em uma
589 desocupação tranquila, isso aí [ininteligível] observando a condição social
590 das pessoas, porque nós estamos tendo agora lá no sul do Pará eventos
591 muito graves. E eu quero até louvar aqui os deputados da Assembleia,
592 Comissão de Direitos Humanos, que estiveram lá em Apyterewa e
593 também lá em [ininteligível], né, onde essa preocupação... não vi a
594 preocupação da Defensoria Pública Federal... estadual lá com relação
595 àquelas pessoas que estão lá, que são pessoas humildes, há mais de 40,
596 50 anos e que estão sendo despojadas de todos os bens construídos ao
597 longo de toda uma vida. Quer dizer, foi preciso haver uma morte para que
598 fosse freado, e era uma situação de tragédia anunciada. Então, o que a
599 gente reivindica também é isonomia de tratamento, a mesma
600 preocupação que foi colocada na ADPF 828 do Supremo Tribunal
601 Federal, né, com mediações de conflitos e com encaminhamento dessas
602 pessoas para um local seguro e em condições, respeitando seus direitos
603 fundamentais humanos, que não foram sendo, não foram observados lá,
604 né? Então, eu reitero que os órgãos federais no caso, que são
605 responsáveis lá por aquela intrusão, também terem essa mesma
606 preocupação e a mesma diligência, porque se trata de vidas humanas e
607 de toda uma vida de sacrifício que tiveram ali em uma área onde não tem
608 a presença do estado com seus serviços disponibilizados. Era só isso que *p.*





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

609 eu queria falar. Muito obrigada. DES. PRESIDENTE: Tá. Apenas uma
610 explicação para a senhora em relação a esse assunto. A comissão, ela
611 fez três ou quatro vezes os encaminhamentos devidos para que fossem
612 tomadas as providências necessárias. Mas também foge, por se tratar de
613 área federal, por se tratar de área indígena, foge à área estadual. E aí nós
614 não temos o que falar. Aí a questão-- SRA. ELIANA FRANÇA DOS
615 SANTOS ZACCA: [pronunciamento fora do microfone]. DES.
616 PRESIDENTE: A questão, ela é federal, e nós não podemos ingressar na
617 sua ação aqui... como nós não podemos ingressar na decisão do
618 magistrado, né? SRA. ELIANA FRANÇA DOS SANTOS ZACCA: Sim.
619 Com certeza. DES. PRESIDENTE: Na área federal também nós não
620 podemos participar. SRA. ELIANA FRANÇA DOS SANTOS ZACCA:
621 Temos ciência disso. DES. PRESIDENTE: Nós temos o Dr. Jesus, né,
622 que quer falar. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Isso. DES.
623 PRESIDENTE: Pois não, Dr. Jesus. Cadê? SR. JESUS FIEL
624 GONÇALVES: Bom dia. DES. PRESIDENTE: Vivian(F). SR. JESUS FIEL
625 GONÇALVES: Bom dia, desembargador. Bom dia aos demais. Eu
626 gostaria de saber, se possível, que o senhor mencionou uma área que...
627 na sua fala que está pensando em talvez revogar a liminar por causa de
628 chácaras, prédios de três andares, e eu gostaria que isso fosse
629 esclarecido ou, se possível, mencionar se a área... informar, porque a
630 gente gostaria de saber os critérios, porque ao que me pareceu, e aí eu
631 falo aqui enquanto representante da sociedade civil, enquanto... o que me
632 pareceu é que se você tem uma área que está com prédios e chácaras,
633 você pode revogar a liminar. Agora, se tem só barracos, então você...
634 Não, deixa eu terminar, Excelência, por gentileza. DES. PRESIDENTE:
635 Não [ininteligível]. Você me entendeu mal. SR. JESUS FIEL
636 GONÇALVES: Então-- DES. PRESIDENTE: Eu fiz um paralelo de uma
637 outra área, está certo, que tem edifício, que tem isso, tem aquilo, também
638 em Marabá, mas não é o caso aqui, tá? Não é o caso. SR. JESUS FIEL
639 GONÇALVES: Eu entendi que não é o caso. DES. PRESIDENTE: Tá
640 bom. SR. JESUS FIEL GONÇALVES: Eu só gostaria de... Eu entendi que





641 não é o caso, mas gostaria de saber os critérios, porque, ao que me
642 parece, foi isso que foi colocado. Se você tem uma área que tem... que
643 as acomodações estão precárias, você tem mais facilidade em despejar
644 do que... remover do que uma área que já tem chácaras e prédios. Mesmo
645 que essa área também seja de propriedade particular e deva ser
646 reintegrada. E a outra coisa que eu gostaria de levantar é... desde já peço
647 desculpas, mas acho preocupante mencionar o movimento social nesse
648 sentido de colocar como movimentos que querem guerra. Os movimentos
649 sociais que lutam pela terra, eles não querem guerra; eles querem terra,
650 eles querem dignidade, querem cidadania. Então, quando a gente coloca
651 um movimento social nessa posição, e principalmente porque o
652 movimento social não está representado nessa reunião, então a gente
653 coloca como se fossem inimigos deste grupo que está aqui reunido, e o
654 movimento social não é isso. O movimento social de luta pela terra é
655 reconhecido inclusive pelo STF, com legitimidade para fazer esse tipo de
656 ação para... como forma de cobrar o poder público, que, inclusive o
657 senhor bem mencionou, tem falhado miseravelmente com essa parcela
658 da população. DES. PRESIDENTE: Pois é. Ai lá vem a... Eu acho que eu
659 fui mal-entendido. Eu fui mal-entendido. Em momento nenhum aqui eu
660 estou criminalizando qualquer tipo de associação social. Falei do MST
661 porque teve uma ocasião que ele me colocou essas palavras, e eu falei
662 novamente, e vou dizer: estou aqui levantando a paz, e não a guerra.
663 Quem falou em guerra foi ele, não fui eu. Não estou criminalizando
664 ninguém. Se ele auto se incriminou, isso é outra coisa. Eu não falei isso.
665 Agora, quanto ao fato deste caso que nós estávamos discutindo, nós não
666 temos chácara. Nós temos choupanas lá na beira do rio, pelo que eu sei,
667 né? Não temos... Este é em uma outra área, eu comentei ainda agora,
668 que fica em Marabá também, que depois eu vou ver, vou analisar se eu
669 devo ou não devo conversar com o magistrado [ininteligível]. Só que esta
670 área já passou até pelo Tribunal, certo? E o Tribunal manteve a decisão
671 já, e não é em termos já de liminar, não. Foi termo de... Acredito eu que
672 para nós chegarmos [ininteligível] como já neste outro caso, não é este



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

673 que eu estou falando, né, não é este aqui das fazendas, neste outro caso,
674 talvez eu chegue até com o Poder Executivo e com o Legislativo em
675 termos de nós... Foi essa audiência que eu estive lá, deputado. Que nós
676 vemos uma espécie de desapropriação, se for o caso. Ou então, né,
677 arranjarmos uma maneira jurídica para que aquela situação seja efetuada
678 sem o que não poderá. Eu tenho muitas famílias lá, muitas pessoas
679 morando nesta área, há muita gente lá... Esse é o último que tem, é?
680 Então, vejam bem... Então é um caso de pensar, porque, conforme eu
681 falei, tem chácara, tem casa de três andares, que é a sequência de
682 edifício, e isto aí... Inclusive, eu vou até me reunir com a própria
683 representante do Ministério Público, né, para saber como é que nós
684 devemos agir para chegarmos a um denominador comum em relação a
685 esta área, mas não nesta área, viu, senhora... É Jesus, né? SR. LAÉRCIO
686 DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Dr. Jesus. DES. PRESIDENTE: Viu, Sr.
687 Jesus? Não me entenda mal, eu não quis aqui criminalizar ninguém. Falei
688 o que ele falou. E eu estava defendendo a paz, assim como eu estou
689 fazendo agora, né? SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR:
690 Registo a presença do representante suplente do Inca, Dr. Blunio
691 Bernardo. DES. PRESIDENTE: Blunio Bernardo chegou? Bom dia. SR.
692 BLUNIO BRITO BERNARDO: Bom dia. DES. PRESIDENTE: O senhor já
693 foi vilipendiado aqui. ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O Inca. [risos]
694 DES. PRESIDENTE: Hã? SR. BLUNIO BRITO BERNARDO: Bom dia.
695 DES. PRESIDENTE: É daqui, é daqui de Belém? ORADOR NÃO
696 IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. DES.
697 PRESIDENTE: É. É que pertence à nossa... SR. LAÉRCIO DOS SANTOS
698 ROSA JUNIOR: Dr. Bordalo pediu a palavra. DES. PRESIDENTE: Dr.
699 Bordalo. SR. CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO: Eu acho que
700 a gente está misturando todos os pontos de Pauta. [risos] DES.
701 PRESIDENTE: Não, nós vamos voltar para a Pauta normal. SR. CARLOS
702 EDUARDO BARROSO BORDALO: Eu queria informar Vossa Excelência
703 e os membros dessa comissão que, da última reunião para cá, nós
704 cumprimos duas missões que têm interlocução com a nossa comissão. p



PODER JUDICIÁRIO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

705 Uma eu estava inclusive junto com a minha queridíssima promotora Ione
706 Nakamura, que é promotora agrária de Castanhal, onde ali em Santa
707 Luzia do Pará se desenvolve um conflito de longa data, já envolveu morte,
708 já... e que, de forma incompreensível e inaceitável, a área pública de
709 quase 4 mil hectares, já disponibilizada para o assentamento de famílias,
710 não é cumprido. O Incra não faz. E o Incra nos acompanhou. E o Incra se
711 comprometeu a, o mais rápido possível, iniciar o processo, isso está
712 celebrado em um acordo e um compromisso, porque acaba o conflito,
713 mas pela ausência, né, pela inércia, não se cumpre, daqui a pouco tudo
714 rebate sobre nós; rebate sobre o magistrado, sobre o Ministério Público,
715 sobre a Assembleia. Fizemos um apelo pela segurança das famílias e que
716 um dos envolvidos na nova ameaça responde, de uma forma
717 incompreensível, a processo criminal. Ele é acusado de homicídio. E este
718 acusado de homicídio continua comandando violência contra família. Por
719 que não se pede a prisão preventiva? Mas, de qualquer forma, doutor,
720 dois membros dessa comissão... estivemos lá, servimos como
721 mediadores para acalmar também os ânimos, né? E eu me dirigi à
722 Apyterewa segunda-feira porque chamou a atenção do país a notícia de
723 que um agricultor teria sido assassinado lá dentro. Isso atravessou redes
724 sociais, a Comissão de Direitos Humanos foi provocada, e eu fui.
725 Sentimos uma hostilidade imensa na área. Fomos recebidos por quase
726 1,5 mil pessoas. Eu fiz questão de ir para um barracão de palha e ouvir
727 as pessoas, que eu não fui para lá fazer comício. Eu ouvi quase 30
728 pessoas. E, realmente, ali está uma situação que não nos cabe, mas cabe
729 à mediação, que remonta 25 anos, 30 anos, Dra. Ione, com pés de plantas
730 de raiz de muito tempo, um plantio de cacau imenso, familiares - familiares
731 -, não são grandes produtores, são pequenos produtores, encontrei muita
732 gente que tem na cadeia produtiva do leite as suas vaquinhas para fazer
733 o leite, para tirar o leite... que fazer o leite, quem faz o leite é a vaca, mas
734 para retirar o leite, para comercializar, muita produção. Mas tem uma
735 visível tensão com a grande pecuária, a grande pecuária, que está
736 presente em Apyterewa, esta é incompatível com a área indígena. E 60





737 mil cabeças de gado, meu amor, dentro de uma área indígena é
738 impossível de compreender. Agora, aquelas famílias que têm 25 anos lá
739 dentro, 30 anos lá dentro, muitas assentadas pelo próprio Incra em
740 processos anteriores e que depois o próprio governo federal que
741 assentou, né, retira... Então, é uma situação delicada. Há uma tensão na
742 área, porque querem a revisão do limite da reserva. Nós alertamos que
743 isso... para ser revisto o limite de uma reserva tem que ter um laudo
744 antropológico sério. Se alguém questiona que é muita terra para pouco
745 índio, tem que provar que é muita terra para pouco índio, e só o que prova
746 isto não é uma visão produtiva; tem que ter um laudo antropológico. E o
747 laudo antropológico que baseou essas demarcações em terras indígenas,
748 eles foram de 700 mil... 300 mil para 700 mil, para um milhão, depois
749 recuaram para 700 mil, o que leva a crer que há, de fato, uma margem aí
750 de discussão acerca desse limite, mas não quanto ao território indígena.
751 Esse é inquestionável. E a desintrusão está sob a batuta, a égide, de uma
752 decisão judicial federal. Aí nós fomos escutar também... Precisa da Força
753 Nacional. O que aconteceu? O rapaz que lamentavelmente perdeu a vida,
754 porque qualquer vida humana... Aliás, eu apanhei muito, Jesus, das
755 entidades de lá da região, porque eu fui para lá, como se Direitos
756 Humanos só fosse para gente de esquerda. Não é, meu filho. Direitos
757 Humanos é para qualquer ser humano. Eu não pergunto se tem cor
758 partidária, se é preto, se é branco, se é... É ser humano. Eu não quero
759 saber. Se estiver sendo violado o seu direito fundamental, eu vou lá se eu
760 puder acudi-los. DES. PRESIDENTE: Doutor, [ininteligível]. SR. CARLOS
761 EDUARDO BARROSO BORDALO: Vou concluir. Sabe o que aconteceu,
762 doutor? O rapaz que foi preso respondia por homicídio. E foram dois
763 delegados de Polícia Civil da Delegacia de São Félix que prenderam o
764 rapaz. Pediram para a Força Nacional a sala deles para fazer
765 interrogatório, os conduziram para lá. Demorou de três horas a quatro
766 horas esse interrogatório. Quando saiu, se dirigiam para o carro da Polícia
767 Civil, para ele ser levado à delegacia, ele tentou fugir e foi perseguido por
768 um perímetro assim, e vinha um tenente-coronel acompanhando os



769 delegados que o rapaz tentou se apoderar da arma, e houve um desforço
770 pela arma, mas a Polícia Federal está [ininteligível]... A Polícia Civil não
771 pode conduzir, com todo o respeito, alguém sem algemá-lo, Dr. Mazutti.
772 O rapaz só estava em condição de disputar a arma porque não estava
773 algemado. Então, para esclarecer, agora eu vou ter que me retirar daqui
774 a pouco, que toda a nação Parakanã me pediu para reunir comigo, eu vou
775 fazer uma reunião agora virtual com eles, que eles saíram da Apyterewa,
776 né, eles estão lá nessa outra área... Como é o nome que você falou?
777 ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. SR.
778 CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO: É, que fica contígua, né?
779 Eles estão todos lá. Mas a minha avaliação é que a paralisação que nós
780 conseguimos agora da operação, não foi da desintrusão, é para rever
781 exatamente o que... Qual é seu nome, querida? SR. LAÉRCIO DOS
782 SANTOS ROSA JUNIOR: Eliana. SRA. ELIANA FRANÇA DOS SANTOS
783 ZACCA: Eliana. SR. CARLOS EDUARDO BARROSO BORDALO: A
784 Eliana falou que a operação estava malconduzida, e isso nós observamos
785 nos relatos, foi feita uma paralisação da operação para uma reavaliação
786 de procedimentos, de condutas, para que, de fato, as coisas ocorram com
787 o mínimo possível de impactos negativos, como essa morte desse rapaz.
788 Muito obrigado, doutor. DES. PRESIDENTE: Antes que o senhor se retire,
789 eu-- ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].
790 DES. PRESIDENTE: Tá. Mas antes de... **ITEM 2.1.** Eu voltar aqui à nossa
791 Pauta normal, ao Item, lógico, 2.1, é a nossa participação, que eu já falei,
792 na OAB, na Comissão de Direito Notarial e Registral da OAB. Isso eu já
793 falei. Agora, nós temos aqui... **ITEM 2.2.** E eu convido a todos, todos os
794 presentes e todos os membros da nossa comissão... Irá no dia 24 ser
795 prestada uma homenagem à nossa padroeira, Nossa Senhora de Nazaré.
796 Ela irá vir para cá no dia 24. Aqui nós iremos ter a presença dos
797 desembargadores, que eu já fiz o convite. É o Dom Andreolli que vem
798 acompanhando a santa. Ela é a Santa Peregrina. Ela virá para cá às 13h,
799 porque às 15h ela tem que 'avionar' e ir para Palmas. É o que... Então--
800 ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

801 DES. PRESIDENTE: Oi? ORADOR NÃO IDENTIFICADO:
802 [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Sim, sim, ela
803 vai para lá. Pelo menos é o que me falaram, né? E eu estou então
804 convidando a todos vocês estarem presentes, se desejarem trazer os
805 seus parentes, quem quiser. Eu sei que a santa vai ficar à disposição até
806 14h30, onde nós teremos um ato religioso aqui, né, muito bem será
807 conduzido pelo Dom... SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR:
808 Andreoli. DES. PRESIDENTE: Andreotti, né? SR. LAÉRCIO DOS
809 SANTOS ROSA JUNIOR: Andreoli. DES. PRESIDENTE: Andreoli, né?
810 É o bispo auxiliar. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Bispo
811 auxiliar. Isso. DES. PRESIDENTE: Aqui na nossa diocese. Então, gente,
812 será um evento maravilhoso de fé cristã. Aqui estão convidadas também
813 as pessoas que frequentam outras religiões, aqui nós não temos por que
814 estar fazendo distinção. Nem a Constituição faz, que dirá a gente, não é
815 verdade? Então, estou convidando a todos. **ITEM 03.** Também estou...
816 dei ciência de um relatório, já passando para o terceiro, da diligência de
817 escuta ao Acampamento Quintino Lira, realizado nesta Comissão de
818 Direitos Humanos e Defesa do Consumidor em parceria com os órgãos
819 governamentais. Dei conhecimento a todos os membros da comissão, e
820 o relatório foi elaborado em visita ao acampamento da Fazenda Cambará,
821 município de Santa Luzia do Pará, nordeste do estado do Pará, no dia 18
822 de setembro de 2023. O acampamento é composto por famílias que vivem
823 na área desde 2010. Eles enfrentam um problema relacionado à posse
824 da terra com a existência de títulos de propriedade questionados pelo
825 Incra. Lá vem o Incra de novo, né? O deputado já falou aqui.
826 Encaminhamentos realizados durante a diligência: Incra - dar
827 prosseguimento ao assentamento das famílias até que se defina a área
828 inserida no título 20; DPU - habilitar-se aos processos judiciais federais;
829 Ministério Público... Promotoria Agrária - solicitar ao poder judicial o
830 desaforamento do julgamento sobre morte de Caribé para ser realizado
831 em Belém e solicitar a inclusão das testemunhas no programa de
832 proteção ao... Esse aqui eu não tinha visto. Nós vamos fazer ofício, tá? E





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

833 a Dra. Ione Nakamura mencionou a citação... a criação da Comissão de
834 Soluções Fundiárias, que a comissão ainda está se organizando. Aí eu
835 tenho que colocar... O deputado Bordalo já falou sobre a diligência, e aqui
836 eu conclamo, mestre, mestre do Incra: pelo amor de Deus, vamos
837 trabalhar, porque senão é o que o deputado fala, vai colocar em choque
838 os senhores, os juizes agrários, o ouvidor agrário, a Assembleia
839 Legislativa, o Poder Executivo, tanto estadual quanto federal. Vamos,
840 vamos dar esta contribuição, não só o deputado Bordalo, sim, mas o
841 estado do Pará. Aqui nós temos a resposta também, no nº 4- SR.
842 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: ITEM 04. DES. PRESIDENTE:
843 Encaminhamento, né, pela Comissão de Direitos Humanos do
844 Consumidor, Alepa, que tem(F) litígio processado nas fazendas
845 Renascença, São Pedro, São José e Belo Monte. Trata-se de Expediente
846 encaminhado pelo deputado Carlos Bordalo, presidente da Comissão de
847 Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, Alepa, informando acerca da
848 comunidade, composta por 205 famílias de trabalhadores da agricultura
849 familiar locais no município de Marabá, conhecido como Complexo dos
850 Mirandas, né, que está envolvida em um litígio judicial relacionado a
851 Fazenda Renascença, São Pedro, São José e Belo Monte. A área possui
852 cinco processos entrando na Vara Agrária de Marabá. Foi solicitado pelo
853 deputado Bordalo oficiar ao Incra sobre interesse nas negociações dos
854 imóveis para fins de reforma agrária. Dois: pedido de informações junto
855 aos juizes de origem, inclusão dos processos nos trabalhos de
856 acompanhamento desta comissão. Fora solicitado pedido de
857 esclarecimento com urgência para a Vara de Marabá e respondido
858 rapidamente os processos que já constavam na lista para
859 acompanhamento da Comissão de Soluções Fundiárias. E aqui eu
860 franqueio a palavra ao Dr. Mazutti. ORADOR NÃO IDENTIFICADO:
861 [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Já, né? Já foi
862 lá? SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Olha-- DES. PRESIDENTE: Olha,
863 já foi comer uma galinha, o senhor falou aí, né? SR. AMARILDO JOSÉ
864 MAZUTTI: Já. Foi. É. Inclusive, desembargador, o... Inclusive, eu elogiei





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

865 lá na... Nós fizemos a inspeção, né? Elogiei lá o interesse da Assembleia,
866 do deputado, do... Não fui fazer campanha política para o deputado, mas
867 eu gosto de falar quando a pessoa... o interesse da Assembleia através
868 dos Direitos Humanos de... a preocupação e a preocupação da Ouvidoria
869 também, Excelência, ó, a preocupação da Ouvidoria, e nós respondemos
870 e fomos fazer a inspeção, inclusive inspeção agrária. Sete mil hectares
871 que tem essa área. Fizemos a inspeção, passamos em todas as
872 habitações, tiramos fotos, foram dois dias para fazer tudo, né, fomos muito
873 bem recebidos, entendeu, já fizemos as anotações. Logicamente...
874 Inclusive, o fazendeiro que tem um... Sr. Márcio Miranda é o proprietário,
875 ele é procurador dos outros proprietários. São 7 mil hectares no total. É
876 uma área muito montanhosa, montanhosa, e aonde que eu acho que 50%
877 está preservado lá daquela área. DES. PRESIDENTE: Ah, isso eu lembro
878 do senhor-- SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: É, 50% é preservada, mas
879 já fizemos toda a inspeção. DES. PRESIDENTE: [ininteligível] senhor,
880 além das providências já tomadas pelo deputado-- SR. AMARILDO JOSÉ
881 MAZUTTI: Sim. DES. PRESIDENTE: Eu quero perguntar ao senhor: o
882 senhor deseja... Porque o senhor já encaminhou para cá, para a
883 comissão, e a comissão vai trabalhar. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI:
884 Sim. Eu-- DES. PRESIDENTE: Só quero pedir ao senhor um pouco de
885 calma, não só o senhor como os demais juizes agrários, né, para nós
886 termos tempo suficiente, porque nós estamos nos organizando. SR.
887 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Certo. DES. PRESIDENTE: Inclusive, até
888 em termos de funcionários. [ininteligível] já recebeu um outro funcionário
889 para nós tratarmos desse assunto. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI:
890 Excelência-- DES. PRESIDENTE: O senhor deseja alguma coisa da
891 nossa comissão? Esqueça a Comissão Agrária, tá? SR. AMARILDO
892 JOSÉ MAZUTTI: Não, eu queria pontuar uma situação, que é o seguinte...
893 Inclusive, o Inkra esteve presente lá na inspeção, nos dois dias, o Inkra lá
894 de Marabá, que eu tenho que parabenizar também o trabalho deles,
895 porque eles estiveram presentes, né, embora que... Inclusive,
896 extraoficialmente, né, eles informaram que seria prioridade máxima do





897 Incra de Brasília, prioridade máxima, que seria a aquisição daquela área
898 para reforma agrária e tal, o que deixou a gente muito contente. Mas, de
899 qualquer forma, eu já encaminhei para a comissão, o processo agora da
900 inspeção eu vou abrir prazo para alegações finais, eu vou sentenciar o
901 processo, mas já está na comissão também para o cumprimento das
902 decisões, né, e o Incra manifestou esse interesse aí de, quem sabe,
903 adquirir essa área. E se o Incra adquirir, aí resolve o problema também.
904 Agora, tem uma situação que acontece... tem um *modus operandi* aí que
905 eu só queria falar rapidamente, que é como acontece, e aí que entra a
906 parte do Incra. Nos anos aí de 2010 até 2015, vários fazendeiros queriam
907 vender as áreas para o Incra, tá? Todo mundo queria vender as áreas
908 para o Incra. Aí o que acontecia? Quando chegavam, ofereciam essa área
909 para vender para o Incra, aí alguns grupos começavam a brigar para
910 ocupar a área. Ocupavam as áreas. Aí ficavam nessas áreas até que o
911 Incra comprasse ou não. Aí depois, quando o Incra dizia que não queria
912 mais comprar ou que não queria mais aquisição da área, aí a ocupação
913 se expandia. É mais ou menos esse o *modus operandi*. Mas lá nós vimos
914 muitas famílias. Tem inclusive muitas famílias que estão trabalhando, né?
915 ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. SR.
916 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: É. Estão... Mas está tudo no relatório. Eu fiz
917 um relatório, está tudo documentado, está nos autos, né? Inclusive, foi
918 muito proveitosa essa inspeção lá no local, tá? ORADOR NÃO
919 IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. DES.
920 PRESIDENTE: Muito bem. Agora, o senhor quer que a nossa comissão
921 faça alguma coisa? SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Não, não,
922 Excelência. DES. PRESIDENTE: Esta nossa comissão aqui. SR.
923 AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Não, não, eu só-- DES. PRESIDENTE:
924 Essa comissão aqui é de assessoramento também à nossa Comissão
925 Fundiária. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Não, eu estou satisfeito.
926 DES. PRESIDENTE: Então tá bom. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Eu
927 só fiquei muito feliz de ter a possibilidade de explicar aqui, né, o que
928 aconteceu. DES. PRESIDENTE: Certo. Tá bom. Bom, aí o 5 nós já





929 falamos aqui, né? **ITEM 06.** E temos o 6, que é informações sobre a
930 reunião realizada no dia 5/10/2023 junto à Câmara de Conciliação Agrária
931 do Inbra para tratar dos conflitos fundiários do estado do Pará. Então, eu
932 quero dizer que a reunião foi resultante das deliberações dessa comissão
933 a partir da reunião ordinária ocorrida em julho, sob a presidência do nosso
934 ouvidor adjunto. A reunião foi realizada com o Dr. Marco Aurélio Bezerra
935 Rocha, diretor substituto da Câmara de Conciliação Agrária do Inbra em
936 Brasília. Dr. Marco Antônio (sic) se colocou à disposição e comprometeu-
937 se a enviar lista de contatos e e-mails para estreitar os contatos. A
938 Comissão de Soluções Fundiárias do TJ está levantando as áreas
939 prioritárias para atuação do Inbra e informará a Câmara de Conciliação
940 Agrária. Eu queria me dirigir ao representante do Inbra. Será que vai haver
941 necessidade, viu, senhor— SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR:
942 Dr. Blunio. DES. PRESIDENTE: De eu mandar esta relação ao Inbra
943 nacional ou basta que eu mande para cá? Hum? Dr. Blunio. O que o
944 senhor pode me dizer? SR. BLUNIO BRITO BERNARDO: Desculpa, eu
945 só estava respondendo uma pergunta aqui do superintendente, que ele
946 está em Brasília. DES. PRESIDENTE: Tá. SR. BLUNIO BRITO
947 BERNARDO: Por favor, repita. Por favor. DES. PRESIDENTE: É que ele
948 pediu que nós mandássemos para o Inbra nacional, lá existe uma
949 Comissão, né, de Soluções Fundiárias, para o Inbra nacional. E eu
950 pergunto: é preciso mandar essa relação já, relação do Inbra, para o
951 nacional ou os senhores cuidam por aqui mesmo? SR. BLUNIO BRITO
952 BERNARDO: A gente sugere sempre que seja encaminhado para
953 Brasília, porque a quem detém o poder de centralizar recurso, caso seja
954 necessário, é o Inbra nacional. Então, é importante que eles saibam
955 também do problema, eles sejam instados, assim, tipo, em primeiro lugar,
956 e encaminhe para a gente também, que o que depender da gente aqui, a
957 gente faz, mas muita coisa a gente precisa. DES. PRESIDENTE: Tá. Eu
958 só lhe pergunto porque nós chamamos isso supressão de instância, né,
959 mas como o senhor não tem nada a opor, nós enviaremos, está certo?
960 Nós estamos no que ocorrer. Eu não tenho nada no que ocorrer. Pois não



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

961 [ininteligível], doutora... SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR:
962 Ione. DES. PRESIDENTE: Ione. SRA. IONE MISSAE DA SILVA
963 NAKAMURA: Bom dia. Eu queria agradecer aqui a todos e todas por mais
964 essa reunião sob a sua presidência, desembargador Mairton. Eu anotei
965 aqui algumas questões para contribuir aqui para a nossa reunião, e aí vou
966 começar de trás para a frente, já aproveitando aqui a fala do Incra.
967 Excelência, nós temos no Incra federal, no Incra nacional, a Câmara de
968 Conciliação, mas nós temos também a ouvidoria do Incra, que é
969 conduzida pela Dra. Cláudia Dadico. E eu não sei se Vossa Excelência já
970 teve a oportunidade de reunir com ela também, mas me parece
971 estratégico nesse momento, até aproveitando a fala do Blunio, que nós
972 possamos fazer realmente uma gestão com o Incra nacional, porque o
973 Incra nacional é que vai poder destinar recursos para as ações que nós
974 precisamos que aconteçam aqui no estado do Pará. Então, eu vou
975 reforçar essa fala do Blunio, que estrategicamente é importante não só
976 encaminhar para a Câmara de Conciliação do Incra, que, na verdade, foi
977 a instituição que... hoje congrega os conciliadores, o Dr. [ininteligível], que
978 trabalha muito conosco aqui na 1ª Região. Outros conciliadores...
979 ouvidores agrários que estão nas outras superintendências, eles estão
980 ligados à Câmara de Conciliação e à própria Ouvidoria do Incra nacional.
981 Acho que seria importante. Também reforço um pedido antigo nosso aqui
982 na comissão, para que os superintendentes de todas as regionais aqui do
983 Incra possam participar da nossa reunião, porque às vezes tem
984 demandas lá de Marabá, Redenção, Altamira ou Santarém que o
985 superintendente daqui do nordeste paraense, ele não vai saber
986 responder, e eu não sei se já temos a possibilidade de esses outros
987 superintendentes participarem dessa nossa reunião da comissão. Queria
988 também passar para outro ponto. Hoje, agora pela manhã, encaminhei a
989 portaria do procurador-geral de Justiça, que encaminhou dois nomes para
990 representar o Ministério Público do estado do Pará na Comissão de
991 Conflitos Fundiários. É a comissão que Vossa Excelência coordena. E aí,
992 eu tenho a grata satisfação de dizer que eu fui indicada também para





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

993 compor essa comissão, e... mas trago uma preocupação: a comissão,
994 pelo que eu observei, Excelência, ela vai tratar de conflitos urbanos e
995 rurais. A primeira portaria do procurador-geral designou dois promotores
996 de Justiça da capital ligados aos conflitos urbanos. Aí eu me insurgi e falei
997 da questão agrária, aí ele pegou e colocou dois promotores da área
998 agrária. Na verdade, Excelência, eu acho que isso ainda precisa ficar mais
999 claro. Nós precisamos ter promotores agrários e promotores também da
1000 área ambiental, da área urbanística, para tratar dos conflitos urbanos.
1001 Então, eu queria fazer uma pergunta a Vossa Excelência: como é que nós
1002 vamos estruturar a comissão, ou como Vossa Excelência está pensando
1003 em estruturar essa comissão, porque nós temos ainda essas duas
1004 vertentes aí, e internamente, dentro do MP, eu já me coloco à disposição,
1005 já instei alguns colegas para que a gente pudesse fazer uma reunião
1006 interna e ver como estruturar também os órgãos internamente para dar
1007 conta dessa missão. Eu penso, Excelência, que eu não tenho condições,
1008 cumulando com as atividades que eu já desenvolvo na 1ª Região Agrária,
1009 viajar para a região de Marabá, Redenção, Altamira... Não que eu não
1010 queira estar lá com os colegas juizes agrários das outras regiões. É
1011 porque eu não vou dar conta de assumir a pauta com o Dr. André e dar
1012 conta de todas as mediações, reuniões, envolvendo as outras áreas.
1013 Internamente, com as promotoras agrárias, nós combinamos que os
1014 promotores agrários de cada região, até porque conhecem os processos,
1015 conhecem os atores, possam acompanhar as reuniões com a comissão
1016 que Vossa Excelência está presidindo, mas isso é uma ideia que nós
1017 estamos tratando internamente. Queria saber, assim, qual é a condução,
1018 a orientação, que o senhor pode nos dar nesse momento sobre isso.
1019 Queria destacar aqui sobre o relatório que o deputado Bordalo falou do
1020 Acampamento Quintino Lira, que realmente houve esse compromisso por
1021 parte do Incra de avançar nas tratativas do assentamento, mas também
1022 eu aproveito a presença do Dr. Tiago aqui. Dr. Tiago, porque nós
1023 precisamos... a parte do Iterpa tem que ser resolvida, que é a câmara que
1024 vai avaliar o cancelamento do título provisório 20. Eu pensei que era um





1025 título definitivo. Quando eu fui olhar o documento, Dr. Tiago, é um título
1026 provisório, 20, né? E aí a gente precisa dar uma solução. Pode ser via
1027 cartório, mas o Iterpa precisa, pelo menos no que ficou combinado na
1028 reunião, dê uma manifestação final sobre esse título 20, para que a gente
1029 não tenha mais dúvida e possa prosseguir no processo de assentamento
1030 lá daquelas famílias. Então, eu queria, assim, aproveitar a presença do
1031 Dr. Tiago para levar esse encaminhamento da reunião que nós tivemos
1032 lá. E por fim, Excelência, também colocar aqui uma preocupação que nós
1033 temos e que a Comissão Pastoral da Terra nos trouxe, de que nas ações
1034 possessórias, o estado, né, ou os órgãos fundiários, muitas das vezes,
1035 acabam não adentrando na destinação da área. E a gente sabe que as
1036 ações possessórias, elas não discutem domínio. DES. PRESIDENTE: Um
1037 minutinho só, doutora. SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Pois
1038 não, Excelência. DES. PRESIDENTE: Eu queria saber de quem é o carro
1039 branco que está atrapalhando. Quem é? ORADOR NÃO IDENTIFICADO:
1040 [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: Isso, isso.
1041 SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Pronto. DES.
1042 PRESIDENTE: Pode continuar, minha doutora. ORADOR NÃO
1043 IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]. SR. LAÉRCIO DOS
1044 SANTOS ROSA JUNIOR: [pronunciamento fora do microfone]. SRA.
1045 IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: E aí eu penso, Excelência, que
1046 com relação a essa temática, a PGE e o Iterpa se manifestaram
1047 recentemente em resposta a esse pleito da CPT, informando que eles se
1048 limitam a discutir questões, vamos dizer, urgentes nas ações
1049 possessórias, mas aí novamente quero trazer para a comissão a
1050 necessidade de a gente instar o estado do Pará, a União, o governo
1051 federal, através dos órgãos fundiários, para que a gente possa entrar com
1052 ações, ou mesmo obrigar o estado a entrar com essas ações, para
1053 destinação das áreas, porque a gente fica de ação possessória em ação
1054 possessória enxugando gelo. Eu me coloco na condição aqui em... de
1055 acordo com os juizes aqui nessa labuta diária, tentando apagar o
1056 incêndio, mas a gente precisa ter uma posição do estado do Pará e do



1057 governo federal nas ações de destinação dessas áreas. Por isso que eu
1058 fico feliz com o encaminhamento que foi dado no caso do Acampamento
1059 Quintino Lira, para que o Incra adote as providências para criar, de fato,
1060 o assentamento, e com isso a gente põe fim à situação. É ou não é o
1061 estado... ou a União define isso e a gente fica com uma situação mais,
1062 vamos dizer, tranquila, pelo menos do ponto de vista jurídico, e aí depois
1063 tem como adotar as medidas necessárias para garantir isso. E por fim,
1064 Excelência, eu queria me redimir aqui pelas minhas ausências. E eu não
1065 estive aqui no seu aniversário, mas eu tomei o cuidado de pensar muito
1066 sobre isso, pensar assim: O que eu posso... fazer uma homenagem ao
1067 desembargador Mairton, por que uma pessoa que tem tanto para dar e
1068 tem tantas honrarias e homenagens? E aí eu pensei... O que eu tenho
1069 para lhe dar é muito singelo, mas ele foi pensado com muito carinho, e eu
1070 aproveitei a homenagem aí pela passagem dos seus 70 anos para pedir
1071 uma graça para a Nossa Senhora, e registrei essa graça aqui nessa
1072 pequena homenagem. Aproveitando que dia 24 a imagem peregrina vai
1073 estar aqui, eu lhe peço que o senhor novamente abençoe essa
1074 homenagem que eu trouxe para o senhor na presença da santa. Então,
1075 eu quero aqui... É uma homenagem em Sua Graça. Eu mandei fazer
1076 especialmente para o senhor, tá? DES. PRESIDENTE: Muito obrigado.
1077 SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Pelo seu aniversário.
1078 [aplausos] SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Que Deus e
1079 Nossa Senhora continuem lhe abençoando cada vez mais. É uma... DES.
1080 PRESIDENTE: [ininteligível]. SRA. IONE MISSAE DA SILVA
1081 NAKAMURA: Foi feito sob encomenda, tá bom? DES. PRESIDENTE:
1082 Obrigado. Muito obrigado. SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA:
1083 É é o meu registro, a minha homenagem de agradecimento e também de
1084 felicitação pela passagem do seu aniversário, e que muitas outras graças
1085 possam lhe acompanhar ainda nessa vida. Muito obrigada. DES.
1086 PRESIDENTE: Obrigado, doutora. SRA. IONE MISSAE DA SILVA
1087 NAKAMURA: [pronunciamento fora do microfone]. DES. PRESIDENTE:
1088 Só dizer à doutora que eu estou aguardando, inclusive, encaminhamento





PODER JUDICIÁRIO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

1089 não só do Ministério Público quanto da Defensoria Pública para indicar
1090 quem, na realidade, vai trabalhar conosco, tá? A todas, todas, as reuniões
1091 que serão realizadas, a todas as inspeções, nós iremos mandar convite,
1092 a comissão irá mandar convite, que não é intimação, é convite, tanto para
1093 o Ministério Público quanto para a Defensoria Pública. Nós iremos...
1094 Dependendo do caso, vai um ou dois juízes da comissão no local, tá? E
1095 o Ministério Público será avisado. Não sei se vai haver alguma
1096 coordenação lá, deve haver, não sei se vai ser o Dr. Waldir ou se vai ser
1097 a senhora que vai coordenar isso, para nós darmos início. Nós estamos
1098 quase para dar início. Não sei se o Ministério Público tem algum membro
1099 que vai fazer o curso de mediação. Tem algum? Tem algum já? SR.
1100 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Não tenho nenhuma relação.
1101 [ininteligível] relação? DES. PRESIDENTE: Tem a relação? SR.
1102 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Vou já verificar. DES.
1103 PRESIDENTE: Então, veja bem, que nós— SRA. IONE MISSAE DA
1104 SILVA NAKAMURA: Já tem a data, Excelência, do curso? DES.
1105 PRESIDENTE: Já, já. É 27 de novembro, início... 29... 27 de novembro.
1106 [ininteligível] quando é o dia. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA
1107 JUNIOR: Até o dia... DES. PRESIDENTE: Vai ser na escola judicial. SR.
1108 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Até o dia 1º. DES.
1109 PRESIDENTE: Até o dia 1º. De 27 a 1º de dezembro, né? Então, deverá
1110 ser algum... não sei se promotor, se algum funcionário, de preferência
1111 promotores, não é, porque nós vamos estar na área. Os nossos juízes já
1112 indicaram as pessoas, não é, indicaram as pessoas que irão fazer o curso,
1113 a Faepa também já indicou, né, a Assembleia também já indicou. Ou seja,
1114 todos foram aquinhoados com uma, duas ou três vagas. A própria Polícia
1115 Militar também vai ter membros participando deste curso de mediação.
1116 Ou seja, nada ficará fora dos esquadros. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS
1117 ROSA JUNIOR: Ainda não há. DES. PRESIDENTE: Hein? SR. LAÉRCIO
1118 DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Ainda não há indicação do Ministério
1119 Público para participar do curso. DES. PRESIDENTE: Ainda não? SR.
1120 LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Não tem. DES. PRESIDENTE: -



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

1121 Então, minha doutora, veja-- SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA:
1122 Vou já providenciar a indicação dos nomes para o curso. DES.
1123 PRESIDENTE: Providencie, que é para nós mandarmos, tá? SRA. IONE
1124 MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Perfeito. DES. PRESIDENTE: Estamos
1125 já na fase já de encerramento dessas inscrições lá. Nós vamos ter dois
1126 expositores. Quais são os dois expositores? Os dois professores. São
1127 daqui mesmo, de Belém, tá? É de Belém, né? SR. LAÉRCIO DOS
1128 SANTOS ROSA JUNIOR: Isso. Estou levantando aqui. DES.
1129 PRESIDENTE: Né? SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Tá.
1130 DES. PRESIDENTE: Então nós vamos ter. Vai ser presencial ou on-line?
1131 SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Vai ser híbrido. Presencial-
1132 - DES. PRESIDENTE: Vai ser híbrido. SRA. IONE MISSAE DA SILVA
1133 NAKAMURA: Híbrido? Ah! DES. PRESIDENTE: Vai ser híbrido, né? Você
1134 sabe quem são os professores? SR. ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA
1135 DA FONSECA: Não, desembargador. Não fui informado. DES.
1136 PRESIDENTE: Não? Mas já está tudo ok aqui. SR. LAÉRCIO DOS
1137 SANTOS ROSA JUNIOR: [pronunciamento fora do microfone]. SR.
1138 ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: [pronunciamento
1139 fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: É, já... É. SR. LAÉRCIO DOS
1140 SANTOS ROSA JUNIOR: É. DES. PRESIDENTE: Vê aí. Bom, são
1141 pessoas daqui, são pessoas conhecidíssimas e que têm o *know-how* para
1142 dar esse conhecimento a todos, e eu só tenho que agradecer. E como
1143 não é mais nada a ser tratado, dou por encerrada a presente sessão. SR.
1144 ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: [pronunciamento
1145 fora do microfone]. DES. PRESIDENTE: A próxima sessão está prevista
1146 aqui para o dia... SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Dia 17 de
1147 novembro. DES. PRESIDENTE: Dia 17 de novembro. Tem alguma coisa
1148 contra a esta data? SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA:
1149 Excelência, eu só vou justificar desde logo que nesse período eu vou estar
1150 afastada, mas com certeza a gente pode combinar um suplente, um
1151 representante do MP para comparecer. DES. PRESIDENTE: Veja, veja
1152 bem, tá? A doutora... Como é o nome dela? SRA. IONE MISSAE DA





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

1153 SILVA NAKAMURA: Dra. Herena. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA
1154 JUNIOR: Herena. DES. PRESIDENTE: Geralmente ela vem. Na sua
1155 ausência, ela está por aqui, né? Então, 17 de novembro. Alguma coisa
1156 contra? Se não está já designada, viu, doutora, para o dia 17 de
1157 novembro. SR. LAÉRCIO DOS SANTOS ROSA JUNIOR: Presencial.
1158 DES. PRESIDENTE: É presencial. Gente, eu quero dizer para você o
1159 seguinte: que eu estou fazendo ela presencial cumprindo determinação
1160 do CNJ. Não é que eu queira a presença de vocês. Para mim, seria
1161 maravilhoso estar com vocês aqui na tela, mas o CNJ assim não deseja.
1162 Então... Nós não vamos, de jeito e qualidade, deixar de fazer as reuniões
1163 nossas presenciais. Aqui estou servindo um café, é só que eu posso fazer,
1164 né? E qualquer coisa estamos à disposição. Está encerrada a reunião.
1165 *ssim, eu, Alessandra Trindade Ribeiro Lauande, auxiliar judiciária, lavrei*
1166 *apresente ATA*////////////////////////////////////.

1167

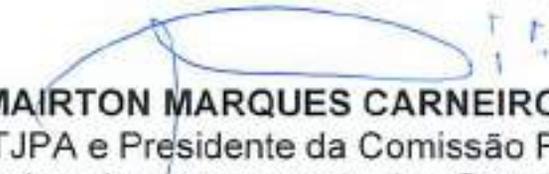
1168

1169

1170

1171

1172


Des. MAIRTON MARQUES CARNEIRO
Ouvidor Agrário do TJPA e Presidente da Comissão Permanente de
Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à
Grilagem – CPMEAQLG.

